CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2869/90 - Ap. Proc. DRECAP-3 nº 1688/932

INTERESSADO: RICARDO NHONCANSE JÚNIOR

ASSUNTO : Recurso contra a avaliação final/EEPSG "Romeu de Moraes" Capital.

RELATORA : Cons^a CLEUSA PIRES DE ANDRADE

PARECER CEE Nº 218/91 APROVADO EM 06/03/91

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

Em 21/02/90, a Sra. Neusa Maria Aguiar Nhoncanse, mãe do menor Ricardo Nhoncanse Júnior, aluno retido em Ciências, na 8ª série da EEPSG "Romeu de Moraes", 12ª DE - DRECAP-3, dirigiu-se a este CEE, em grau de recurso, para apelar das decisões da Escola e da Delegacia de Ensino, que mantiveram a retenção.

A Escola indeferiu o pedido da interessada e não reuniu novamente o Conselho de Classe, justificando apenas que o pedido estava fora do prazo estabelecido na Resolução SE nº 235/87 e que a reclamante não citou nenhuma irregularidade cometida pela Escola no período de recuperação. A Sra. Diretora alega que todos os esclarecimentos foram feitos pela Assistente de Direção a interessada, mesmo estando o pedido fora do prazo. Por outro lado, informa que as aulas do período de paralização do Magistério foram repostas.

A Delegacia de Ensino acatou a decisão da escola, julgan do não ter ocorrido nenhuma irregularidade. Esclarece, inclusive, que o aluno não foi prejudicado por ter faltado a diversas aulas por motivo de doença, pois apresentou atestado médico. Informa, outrossim, que expediente de igual teor foi encaminhado, pela interessada, ao Sr. Governador do Estado de São Paulo, protocolado no Palácio dos Bandeirantes sob o nº 804/12/01/90, Doc. 804/31/90, o qual já foi instruído pela Delegacia de Ensino, em 13/02/90.

Os autos estão devidamente instruídos conforme legislação pertinente.

2- APRECIÇÃO

A Lei Federal nº 5692/71 determina, em seu artigo 14, que "a verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos compreendendo a avaliação do aproveitamento e apuração da assiduidade".

Tratando-se de escola estadual, o Regimento a ser seguido é o Regimento Comum das Escolas de 1º e 2º Graus (Decreto 10.623/77).

O Conselho Estadual de Educação tem interferido na decisão da Escola somente quando ocorre inobservância as determinações legais ou quando há indícios de atitudes discriminatórias em relação ao aluno, o que não se observa no presente caso. Este Colegiado tem orien-

tado para que a Escola proceda à análise global do rendimento do aluno, como no Parecer CEE nº 1660/87.

O aluno Ricardo Nhoncanse júnior apresentou, em 1989, na 8ª série, o seguinte rendimento escolar:

COMP. CURRICULARES	1ºB	2ºB	3ºB	4ºB	MEN. FINAL	RECUPERAÇÃO
Português	B	C	C	C	C	-
História	D	C	C	B	C	-
Geografia	C	A	B	A	B	-
O. S. P. B.	B	B	C	C	C	-
Ciências F.B. P.S.	C	D	D	D	D	D
Matemática	B	C	C	B	C	-
Inglês	C	C	C	C	C	-
Educação Física	DT	DT	DT	DT	-	-
Educação Artística	C	C	C	A	C	-
Desenho Geométrico	D	E	B	E	B	-

Pela análise do quadro, observa-se que a Escola, através de seu Conselho de Classe, não refletiu sobre o desenvolvimento global do aluno, pois se o tivesse feito não teria retido um aluno com um desenvolvimento como esse.

3. CONCLUSÃO

Considera-se promovido na 8ª série, em 1989, o aluno Ricardo Nhoncanse júnior matriculado na EEPSG "Romeu de Moraes" da 1ª DE - DRECAP-3.

São Paulo, 21 de fevereiro de 1991.

a) *Consª Cleusa Pires de Andrade*
Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Os Conselheiros Yugo Okida, Nacim Walter Chieco, Nicolau Tortamano, Luiz Roberto da Silveira Castro e Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá abstiveram-se de votar.

Sala "CARLOS PASQUALE", em 06 de março de 1991.

a) Cons^o. João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente